
Da Grécia ao mundo contemporâneo: a natureza da linguagem e suas formas de representação

Cláudia Maria Vasconcelos Novaes de Souza

Mestranda em Lingüística - Linguagem e Sociedade pela Universidade do Vale do Sapucaí (Univás), professora do Instituto Superior de Educação (ISE) e supervisora Pedagógica Geral da Educação Infantil (PMPA).

E-mail: claudianovaes1811@hotmail.com

RESUMO

O artigo apresenta uma reflexão sobre a Natureza da Linguagem conforme os diferentes pressupostos teóricos desenvolvidos pelas Ciências da Linguagem, desde a Antiguidade clássica até aos princípios defendidos no mundo contemporâneo. O objetivo é apresentar, de forma sucinta, as visões científicas, filosóficas, históricas e lingüísticas sobre a questão da Natureza da Linguagem, bem como a compreensão do funcionamento da língua e suas formas de representação nestes diferentes momentos. E ainda, as influências de tais matrizes teóricas na vivência acadêmica e profissional de ensino da língua.

Palavras-chave: Filosofia. História. Linguagem. Representação. Ensino.

ABSTRACT

The article presents a reflection about the language nature according to the different theoretical presuppositions developed by the Language Sciences, since the ancient classic up to the principles defended in the contemporary world. Its objective is to present, in a brief way, the philosophical, historical and linguistic vision of how such sciences approach the questions of the language nature, as well as the comprehension of the language's operations and its representation forms in these different moments.

keywords: Philosophy. History. Language. Representation. Teaching.

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe reunir os estudos filosóficos das principais concepções teóricas das Ciências da Linguagem e sua evolução histórica no processo de compreensão sobre a Natureza da Linguagem, suas formas de funcionamento e representação.

Por meio da Filosofia da Linguagem, apresentaremos as diferentes posições sobre a natureza dos sistemas conceituais lingüísticos desenvolvidas historicamente, a fim de explicar a diversidade de matrizes teóricas e a influências desta nas formas de compreender o funcionamento e a representação da linguagem nos diferentes espaços histórico-sociais.

“Este trabalho propõe reunir os estudos filosóficos das principais concepções teóricas das Ciências da Linguagem e sua evolução histórica no processo de compreensão sobre a Natureza da Linguagem, suas formas de funcionamento e representação.”

De fato, esperamos que, ao final desta reflexão, possamos compreender um pouco mais sobre as influências de tais posicionamentos na vivência acadêmica e profissional de ensino da língua, nas questões que originaram os modos de pensar e agir sobre a linguagem e, talvez, repensar nos discursos produzidos e naqueles em que outrora nos foram silenciados.

DA GRÉCIA AO MUNDO CONTEMPORÂNEO: UM POUCO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA SOBRE A/DA LINGUAGEM.

A questão da natureza e origem da linguagem vem permeando inúmeras reflexões entre filósofos e pesquisadores desde a Antiguidade clássica, originariamente na Grécia, no interior da Filosofia, até os dias atuais.

Foi Platão (2006), o primeiro pensador a nos dar pistas para o estudo das proposições, colocando a linguagem como objeto de estudo. Essas proposições, especulações

acerca do significado de Língua teriam influenciado as diferentes formas de pensar sobre língua e linguagem na história dos estudos lingüísticos. Em suas reflexões sobre a linguagem humana, Platão distinguiu o nome (*onoma*) do verbo (*rhema*), pois anterior a ele, as duas palavras designavam “nome”. Seria a partir de tal distinção que a língua explicaria a própria língua, posteriormente a base sobre a qual os estóicos construíram a gramática.

Para Platão, o pensamento ou *logos*, constituiu-se a partir das combinações entre o nome e o verbo, de forma que, por meio dessas combinações, surgiria o discurso. Discurso seria aquele que fala sobre algo e não apenas nomeia, dando-nos a indicação do que se referem as coisas, além de exprimir a relação existente entre essas coisas. Por possuírem diferentes representações, o *logos* teria, então, três elementos constitutivos: constituir-se-ia em uma declaração, possuiria um sintagma verbal e outro nominal, bem como receberia um valor de verdade. Assim sendo, a combinação das palavras somente se constituiria em *logos* quando as expressões do pensamento dessem informações e afirmassem algo (ações ou estados) sobre alguma coisa, uma pessoa ou uma palavra (aquele que pratica ou sofre a ação).

[...] uma lista não é uma linguagem, uma expressão lingüística não corresponde simplesmente à concatenação de unidades diferenciadas, quer dizer, que a linguagem humana não é simplesmente um monóide livre. As palavras devem ser categorizadas e suas possibilidades de associação dependem de sua pertença às diferentes categorias. (SOFISTA, 362 apud AUROUX, 1998, p. 37).

Nesta época, Platão já observava a existência da escrita como meio transformador do estatuto da fala humana, pois ao esconder o espírito, a escrita não representaria a alma. Conforme o pensamento sofista, antes da fala, haveria primeiro o raciocínio, que nomearia e se formaria um juízo. Aquilo que seria expresso

“Foi Platão (2006), o primeiro pensador a nos dar pistas para o estudo das proposições, colocando a linguagem como objeto de estudo.”

vocalmente tornar-se-ia algo independente, sendo ele um pensamento.

Nesta época, Platão já observava a existência da escrita como meio transformador do estatuto da fala humana, pois ao esconder o espírito, a escrita não representaria a alma. Conforme o pensamento sofista, antes da fala, haveria primeiro o raciocínio, que nomearia e se formaria um juízo. Aquilo que seria expresso vocalmente tornar-se-ia algo independente, sendo ele um pensamento completo. A fala seria, assim, a própria expressão do pensamento. Como o pensamento precede a fala, a fala nada mais seria que a própria exteriorização do conteúdo do pensamento, de algo que o pensamento já construiu. Tudo que foi dito, receberia significado pelo pensamento, e somente o pensamento poderia atribuir o valor de verdade às proposições.

No *Sofista*, o Teorema de Platão foi assim formulado:

Names totalmente isolados enunciados de ponta a ponta não produzem, portanto, jamais um discurso, não mais do que verbos enunciados sem o acompanhamento de nenhum nome. (SOFISTA, 362 apud AUROUX, 1998, p. 37).

O Platonismo, seguido do neoplatonismo, não coloca a questão da representação como relação da idéia à coisa representada, mas antes da idéia à idéia que deriva dela e, eventualmente, da coisa que deriva dela.

Ainda na Grécia, no interior da filosofia, a doutrina de Aristóteles ([s. d] apud AUROUX, 1998) veio difundir a divisão da cadeia de sinais lingüísticos definindo o *termo* ou a *categoria* como “aquilo que serve para designar uma coisa”, a indicar o que uma coisa é ou faz, expressando o que a percepção e o pensamento seja capaz de captar imediata e diretamente na coisa.

Aristóteles chamava de categoria (do verbo *kategorēin*, que significa atribuir) o predicado da proposição. Posteriormente, empregou esse termo para apontar apenas os predicados atribuídos ao ser ou aos seres. De qualquer forma, as categorias aristotélicas tiveram a acepção de nos indicar as maneiras de ser do próprio ser.

Para este filósofo, as palavras sem combinação umas com as outras significariam por si mesmas uma das seguintes coisas: o que (substância), o quanto

(quantidade), o como (qualidade), com o que se relaciona (relação), onde está (lugar), quando (tempo), como está (estado), em que circunstância (hábito), atividade (ação) e passividade (paixão).

De qualquer forma, a análise clássica atribuiu à linguagem a função principal de externalização do pensamento. Temos aqui o que os estudiosos chamaram da *teoria do pensamento - linguagem*: a linguagem verbal na função de exteriorizar o pensamento. Desse modo, a linguagem seria vista como tradução do pensamento: manifestação sensível e externa da representação interna.

A teoria da linguagem como tradução do pensamento constituiu a base da gramática especulativa que, mais tarde, foi considerada a origem de toda a Gramática Geral. Com o passar do tempo, o estudo filosófico medieval veio pouco a pouco transformar os conceitos e aproximar o pensamento de um sistema de signos criado pelos homens, a permitir supor o pensamento universal. E a partir daí, a dedução sobre quais características que toda a linguagem deveria possuir para poder representá-la.

Descarte ([1637]), em sua teoria cartesiana, veio colocar o espírito e a matéria em naturezas ontológicas diversas. Para ele, a representação não possuiria a mesma natureza que aquilo que ela representou. Assim, o conceito aristotélico de *idéia-forma* seria abandonado, assumindo uma nova concepção do espírito humano, trazendo conseqüências fundamentais para a filosofia da linguagem.

A idéia, nesta corrente, vem adquirir propriedades operatórias, que poderia associar-se a outras idéias. Nela, o pensamento e, conseqüentemente, a própria linguagem se concebem como um cálculo aritmético, tornando o funcionamento da representação puramente analógico. Aqui, conforme aponta Auroux (1998, p. 102) a representação configurou-se a uma codificação, ou seja, “fazer do próprio pensamento um signo de mesma natureza que o som lingüístico, quer dizer, um signo arbitrário.”

No capítulo IV, da primeira parte da obra *Lógica de Port-Royal*, encontramos umas das últimas formulações clássicas sobre a concepção analógica de signo: a idéia da coisa que representa e a idéia da coisa representada, de forma que sua natureza consistiu em evocar a segunda pela primeira.

Os Senhores de Port-Royal consideraram os conteúdos da representação somente quando eles o seriam *para um espírito* (grifo nosso), sendo este - o espírito, a

natureza e origem de toda a significação. Assim, neste estudo filosófico da linguagem, o signo assumiu o nome da coisa significada. Contudo, em nenhum momento a teoria semiológica de Port-Royal alegou a possibilidade de que o pensamento devesse ser considerado um signo, conduzindo a uma concepção não-representacionista do pensamento.

Já Condillac, em sua obra *Essai sur l'origine des connaissances humaines* (1951 apud AUROUX, 1998) veio demonstrar a revolução no abandono da concepção simbólica do signo, além da apresentação de uma classificação diversa apresentada na doutrina semiológica de Port-Royal. Nesta concepção, os signos foram considerados acidentais, naturais e de instituição a permitir uma análise do estatuto do signo enquanto signo. Para Condillac, a reflexão sobre o signo não esteve relacionada a uma teoria semiológica do signo, mas sim à semiótica: a uma teoria do pensamento e de sua expressão - uma teoria de linguagem (conforme retomado por Locke e apresentado mais adiante).

Em sua teoria, Condillac se preocupou mais com a questão da significação, ou seja, sobre as formas de ligação da atividade intelectual do homem com um elemento natural qualquer. Dessa forma, o pensamento suscitado por Condillac em função da própria palavra permitiu um grande avanço na questão da digitalização do espírito.

Tenho necessidade da linguagem para pensar, não somente porque sem ela eu não chegaria a dominar e analisar a diversidade fenomenal (tenho necessidade dos signos para construir as idéias abstratas e gerais), mas simplesmente porque certos “objetos” de pensamento não correspondem a idéias, quer dizer, a sensações. (CONDILLAC, 1951 apud AUROUX, 1998, p. 112).

Observa-se que Condillac não deixou de atribuir certa consistência ao pensamento (provinda das sensações) e chegou até a admitir que a maioria dos pensamentos fosse considerada representações. Mas sua tese final consistiu em colocar que o pensamento deveria ser considerado somente linguagem. Para este filósofo, tudo mudaria quando houvesse a possibilidade de manipular conscientemente os signos ao interesse do sujeito, ocorrendo assim o que ele chamou de *signos arbitrários* (grifo nosso).

Foi Locke (1999) o primeiro a avançar e assumir o posicionamento da digitalização do espírito e a conservar, ao mesmo tempo, a teoria da linguagem-tradução. Dessa forma, Locke abriu uma nova via de pensamento sobre a linguagem humana, caracterizando-o arbitrário como a linguagem natural. Esse filósofo postulou a intersubjetividade como a condição da linguagem, estando o funcionamento semiótico do entendimento humano na base da generalidade.

Locke discordou dos universais ontológicos das representações, pois para ele toda idéia pensada tornaria-se um acontecimento particular, de forma que as idéias são concernentes aos signos e à generalidade, a significação. Quando retratou a questão da semelhança, Locke também deixou claro que várias idéias poderiam ser produzidas particularmente por diferentes indivíduos ante um mesmo objeto ou situação.

Qualquer idéia b_i é o signo de qualquer qualidade sensível q_i , todos os b_i e os q_i sendo respectivamente substituíveis entre si sob as condições que acabamos de descrever. Daí, o espírito pode considerar qualquer uma das b_i separada de seu contexto e fazer dela desse modo um idéia simples abstrata, signo de todas as outras e de todas as q_i . A cada vez, no entanto, que o espírito pense **geralmente** em uma qualidade sensível, será sempre **uma b_i** , de algum modo **materiamente singular** que sucederá nele. (AUROUX, 1998, 110, grifo do autor).

A particularidade para a representação do real foi, dessa forma, o próprio conteúdo representativo, quando se tornasse uma vivência particular de cada indivíduo. Assim, na teoria Lockiana, o interior de cada indivíduo seria incomunicável sem a instauração de uma relação entre os signos e os processos individuais de significação pelo espírito. Os signos assumiram, nessa teoria, a característica essencial de ser arbitrário pelo fato de eles não se assemelharem diretamente à significação e por possuírem uma significação instituída livremente pelo homem.

Foi a partir da tese Lockiana que o liberalismo lingüístico afirmou que em todo ato de linguagem haveria a liberdade inviolável de cada indivíduo e que a criatividade lingüística seria sempre um ato contingente da vontade individual, dando ela origem à linguagem.

Esse liberalismo lingüístico, por sua vez, demonstrou uma imperfeição quanto à natureza da linguagem, visto

que sua finalidade - a de comunicação, estaria condicionada à liberdade individual dos sujeitos falantes, impedindo-a, por vezes, de exercer sua função. A compreensão das idéias estaria, assim, privada a certos indivíduos, impedindo que ela se manifestasse a todos os outros.

Para resolver tal problemática, Locke enunciou a condição da linguagem como meio de produzir comunicação entre os homens, desde que as palavras tivessem idéias parecidas com significados parecidos entre os sujeitos de uma mesma comunidade. Foi dessa forma que o arbitrário lingüístico se transformou no convencionalismo, na condição de que os sujeitos de uma mesma comunidade dessem o consentimento aos significados empregados às idéias e às palavras a serem utilizadas por seus membros.

Lewis (1969 apud AUROUX, 1998) foi quem propôs o modelo mais completo para a idéia de convenção lingüística. O autor revelou a ligação entre a utilização da linguagem e os problemas de coordenação, relatando a partir daí o modelo de convenção tácita. Ele explicaria a convenção pela via do protótipo da convenção tácita, ou seja, na idéia do saber mútuo para configurar um comportamento lingüístico regular entre as pessoas. Nesse caso, supõe-se um comportamento convencional, a demonstrar uma regularidade de ações que pressuporia um conhecimento tácito, pois haveria em determinado grupo social uma conformidade nas ações entre os interlocutores naquele exato momento, um saber mútuo que determinaria as ações lingüísticas entre os interlocutores.

A idéia de haver entre todos os interlocutores uma faculdade simbólica já desenvolvida e que, pela idéia da regularidade, a faculdade da linguagem suporia a capacidade de todos esses interlocutores compreenderem os signos que jamais empregaram ou ouviram, permitiu o abandono dessa tese. Isto porque, para que a significação e as idéias sejam expostas no processo de interlocução, há a dependência clara “das intenções do locutor, das circunstâncias nas quais ele as pronuncia e [...] das convenções em vigor.” (AUROUX, 1998, p. 125).

A concepção behaviorista do signo, explicado por Watson (1925 apud AUROUX, 1998), propôs a questão das entidades ocultas da linguagem não-manifestadas no mundo empírico, bem como na ausência da consciência

do próprio sujeito por meio do comportamento externo, sendo ele o único dado empiricamente observável.

Esse estudo baseou-se na manifestação dos materiais de atividade mental, ou seja, do sistema nervoso e ao do próprio comportamento. Para Watson, o pensamento não seria aquilo que a linguagem significa, mas apenas uma linguagem subvocal. Isso permitiu pensar a relação entre a linguagem e o pensamento, de forma que o próprio pensamento estimularia pensamentos subvocais (linguagem subvocal). Para Watson, a linguagem foi considerada um pensamento subvocal: pensar com sons.

Bloomfield, em seus “Postulates” de 1933 (1970 apud AUROUX, 1998), veio utilizar o posicionamento mecanicista de Watson, em que expôs os princípios de base da lingüística, definindo a significação das frases como correspondência estímulo/resposta: *corresponding stimulus - reaction features*. Conforme esse pressuposto, seria a partir do comportamento que se poderia concluir alguma coisa, tornando a linguagem observável pelo comportamento. Dessa forma, a fala seria a representação material do pensamento que produzira, por sua vez, um efeito no mundo material, por meio do estímulo/resposta.

Chomsky (1991), representando a escola gerativista, veio contestar imediatamente a teoria do aprendizado subjacente, explicando que um sujeito nunca estaria submetido à totalidade dos estímulos que explicariam, de fato, seu comportamento verbal. Para Chomsky, o essencial a ser observado não seria o condicionamento, mas a criatividade e a capacidade de se produzir novos elementos na interlocução.

O modelo da teoria da aprendizagem subjacente recebeu várias críticas pelo fato da introdução das cadeias conduzirem à introdução de hipóteses incontrolláveis, contrariando o princípio da observabilidade defendida pelo behaviorismo.

Auroux (1998) complementa a crítica feita à teoria da aprendizagem subjacente, enfatizando a necessidade da relação do sujeito com o resto do mundo e que faltaria, em tal pressuposto, a ordem autônoma de relações simbólicas na linguagem.

Desde a digitalização do espírito, os lingüistas, gramáticos e lexicógrafos trabalharam utilizando o modelo triádico, que se resumia da seguinte forma: 1/som ! 2/idéia ! 3/objeto. O ponto fundamental discutido pelos lingüistas foi a significação lingüística, na relação som/idéia.

Para a Lingüística, foi necessário colocar os elementos lingüísticos em relação, de forma tal que a estruturação das relações fosse concebida em sua relação com a estrutura do signo lingüístico. Esses elementos assim foram designados: a *definição*, que coloca em relação um termo e uma seqüência canônica; a *antonímia*, que liga dois elementos contrários; e a *sinonímia*, relacionada aos diferentes significados que uma mesma palavra poderá assumir em diferentes enunciados e contextos.

Quando Saussure (2006) inaugurou a Lingüística Moderna, no início do século XX, a caracterizou como sendo todas as manifestações da linguagem humana, estando ela composta em duas partes: a Língua, considerada por ele essencial, e a Fala, tida por ele como secundária.

“Desde a digitalização do espírito, os lingüistas, gramáticos e lexicógrafos trabalharam utilizando o modelo triádico, que se resumia da seguinte forma: 1/som ! 2/idéia ! 3/objeto.”

Em seus estudos, Saussure constituiu duplamente o fenômeno da linguagem, a ser concebida enquanto tal se fosse analisada na interação de seus dois lados. Ou seja, Saussure (2006) considera a linguagem um fenômeno social e, ao mesmo tempo, individual; uma instituição atual e, de modo inverso, uma instituição do passado; possuidora de uma natureza homogênea e, inversamente, concreta. E, mais precisamente em relação à língua, Saussure (2006) veio especificá-la duplamente em seus aspectos evolutivo e histórico, como princípios diacrônicos e, para o estatuto da língua, da relação entre seus elementos, como sincrônicos.

Nessa perspectiva, percebe-se que Saussure (2006) já apresentava a impossibilidade do tratamento do fenômeno lingüístico tendendo apenas para um de seus aspectos, pois para ele tomar apenas um de seus lados colocar-se-ia de modo insuficiente na determinação da constitutividade da linguagem. Dessa forma, para Saussure (2006, p. 16-17), faz-se necessário “colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem.”

Saussure (2006) veio caracterizar mais especificamente a natureza do signo lingüístico nas relações existentes entre signo, significante e significado. Para ele, a Língua não se caracterizaria apenas por uma lista de nomes (coisas) que corresponderiam a outras tantas. Ele questionava tal posição sob vários aspectos. Primeiramente, as palavras seriam idéias feitas, preexistentes a elas. Por exemplo, a idéia de “*pião*”, já é constituída de significação antes da palavra “*PIÃO*”. Em segundo lugar, tal suposição não diria se a palavra “*PIÃO*” era de natureza vocal ou psíquica, pois tal palavra poderia ser considerada sob um aspecto ou outro. E, por fim, haveria uma relação muito simples entre o nome e o significado, pois ele considerava tal relação um fato essencialmente complexo. Todavia, quando ocorresse uma relação direta entre nomes e significados, haveria, assim, uma aproximação que caracterizaria a dualidade na unidade lingüística.

Conforme dito, os termos implicados na unidade do signo lingüístico seriam psíquicos, sendo estes relacionados no cérebro humano, por um vínculo de associações. Isto quer dizer que, o signo lingüístico não uniria uma coisa ou uma palavra, mas *um conceito e uma imagem acústica, sendo eles inter-relacionados* (grifo nosso). Segundo Saussure (2006), o caráter psíquico das imagens acústicas apareceria quando se observasse a própria Linguagem.

Saussure (2006), ao defender uma perspectiva estruturalista da linguagem, preocupou-se em estudar a língua enquanto estrutura e funcionamento. A língua enquanto sistema tornou-se seu grande objeto de estudo e reflexão. Mas deixou em aberto questões relativas aos sentidos e ao texto. Dessa forma, ele enfatizou que o que funciona é a Língua, ou seja:

[...] um conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições reguladas por elementos definidos, cujos mecanismos colocados em causa são de dimensão inferior ao texto. (GADET; HAK, 1997, p. 62).

É certo que Saussure inaugurou uma nova forma de pensar a Língua e, com isso, concedeu à Lingüística o estatuto de cientificidade. Mas, a partir de seus estudos, outras formas de pensar sobre a linguagem surgiram, apresentando novas abordagens e recortes teóricos.

O lingüista russo Roman Jakobson (1963 apud AUROUX, 1998) enfocou o perfil da mensagem, conforme a meta ou orientação dessa mesma mensagem em cada fator de comunicação, a saber: emissor, receptor, canal, código, referente, mensagem. Segundo Jakobson (1963), as atribuições de sentido e as possibilidades de interpretação que se podem deduzir e observar na mensagem estariam localizadas primeiramente na própria direção intencional do fator da comunicação, que determinaria o perfil da mensagem, sua função, a função de linguagem que marcaria aquela informação.

Pode-se afirmar, assim, que esses modelos veicularam uma concepção de linguagem em que a língua é entendida como código (conjunto de signos que se combinam segundo regras), sendo ela capaz de transmitir ao receptor certa mensagem. A concepção comunicativa da linguagem (ligada ao movimento estruturalista) foi vista com ressalvas, por reduzir a comunicação humana a uma forma vazia e ritualizada. Auroux (1998) afirma que o principal defeito desse modelo foi o de pressupor que a linguagem humana possuiria a estrutura de um código e que haveria sempre mensagens preestabelecidas.

Chomsky (1981) é, atualmente, um dos pesquisadores que, embora faça parte da mesma vertente teórica de Saussure (estruturalismo), vem realizando o estudo da linguagem em uma nova perspectiva teórica: a Gramática Gerativa. Tal perspectiva ocupa-se da sintaxe das línguas como um meio para descrever uma entidade teórica chamada Gramática Universal (GU).

Observamos que o objeto de estudo de Chomsky (1981) não é a sintaxe da língua, mas a própria universalidade da gramática existente entre as diferentes línguas. Ele retrata a GU como um processo de desenvolvimento e de maturação, na inter-relação do indivíduo com o meio. Nessa perspectiva, é proposta uma gramática subjacente a todas as línguas existentes na sociedade em geral, trazendo em sua essência os meios que permitem a combinação e a relação dos termos das diferentes línguas. Para, a partir daí, chegar a diferentes níveis de representação de linguagem, sendo tais níveis coordenados por um conjunto de princípios que tornariam restrita a combinação de seus termos.

Nessa perspectiva teórica, as gramáticas particulares não são consideradas idênticas, mas permeadas por aspectos sintáticos comuns a todas as línguas do mundo.

Dessa forma, a faculdade de Linguagem, em sua própria natureza, caracteriza-se como inerente aos seres humanos e estaria propícia ao desenvolvimento, bastando, para isso, o indivíduo estar em relação com uma determinada língua.

Assim, no que diz respeito à aquisição da linguagem humana, Chomsky (1981) propôs uma análise sobre como a gramática se desenvolve na mente do falante e em que base ocorre esse desenvolvimento.

A abordagem ao estudo da mente e da linguagem que proponho abre diversas perspectivas de estudo sobre a natureza e a organização das estruturas mentais e o modo como se desenvolvem. Não deveríamos excluir a possibilidade de que o que normalmente consideramos conhecimento lingüístico talvez consista em sistemas cognitivos bem diferentes que interagem no desenvolvimento cognitivo normal. (CHOMSKY, 1981, p. 52).

Isso equivale a dizer que para adquirir uma língua haveria a necessidade de se possuir um órgão mental biológico que, anteriormente, deverá ser maturado e desenvolvido - condição para o processamento da aquisição da Linguagem.

Entretanto, Chomsky não nega a necessidade de interação entre a mente e os fatores externos, no processo de aquisição de Linguagem. Para o pesquisador, a exposição do sujeito às inúmeras experiências lingüísticas coloca-se como fator importante no processo de aprendizagem da Língua na comunidade social a que pertence, uma vez que o sujeito necessita dessa experiência para dar início à construção da gramática interna da Língua Materna. É mediante essa exposição que há a possibilidade de o indivíduo adquirir o vocabulário de sua Língua.

A Análise de Discurso (AD) francesa constitui outra abordagem da lingüística que nos faz pensar a Língua em atos concretos da fala, introduzindo aspectos até então não considerados, a configurá-la assim no lugar em que se determina a materialidade do discurso, conforme os pressupostos defendidos por Pêcheux (1988; 1990).

Como o próprio nome diz, a Análise do Discurso trata do discurso, enquanto processo de compreensão da língua em suas produções de sentidos, nas relações simbólicas entre o homem e a sociedade.

É nessa relação que a linguagem se concebe, assumindo o papel de mediadora entre o homem e a realidade natural e social. Nesse processo de mediação, a

linguagem configura-se no discurso, de forma a possibilitar a permanência, a continuidade, bem como o deslocamento e a transformação dos sentidos que constituem os sujeitos do discurso.

Nessa concepção, a língua não é considerada somente um sistema simbólico, mas um sistema vivo no mundo, sendo significada pelos sujeitos no decorrer da história e, ao mesmo tempo, pela linguagem. Para a AD, conforme apresenta Orlandi (1996, p. 45) o que se propõe a estudar “é a ordem da língua enquanto sistema significante material, e a da história, enquanto materialidade simbólica.” Nesse caso, os processos e as condições de produção da linguagem são relevantes na análise das relações estabelecidas entre os sujeitos e a língua que falam, bem como as situações em que se produzem os dizeres.

“As tecnologias da razão gráfica representam a linguagem no sentido em que elas descrevem e tematizam explicitamente as suas propriedades. Percebemos, então, que ela não representa a fala, mas descreve os seus modos de funcionamento, na oposição das duas dimensões da linguagem: o do encadeamento da fala (eixo sintagmático) e o das substituições possíveis das unidades da cadeia (eixo paradigmático).”

Para Pêcheux (1997) e Orlandi (2005; 2006) o sujeito, em sua relação com a linguagem na sociedade, é interpelado pela ideologia, dando assim sentido à língua. É no processo discursivo que se observa a relação entre a língua e a ideologia, a permitir que se compreenda como são produzidos os efeitos de sentidos para os sujeitos.

Nessa concepção, o Discurso não se caracteriza por uma mensagem, tampouco como a transmissão de informação, pois nele, os locutores realizarão ao mesmo tempo o processo de significação, não sendo separados de forma estanque. No funcionamento da linguagem, em que as relações entre os sujeitos e os sentidos são afetadas pela língua e pela história, haveria um complexo processo

de constituição desses sujeitos e de produção de sentidos em suas práticas de linguagem.

“Assim, a representação simbólica – via escrita vem permitir que inúmeros sentidos ideológicos sejam fixados, de forma que o ser humano, ao interagir com a linguagem, acabe por acreditar que suas idéias lhes sejam constitutivo, ou seja, acreditando ser ele o autor de seu próprio discurso e de sua própria história.”

Michel Pêcheux, tendo sido um leitor do estruturalismo de Saussure, questionou sobre o que de fato poderia a lingüística explicar quando se trata da questão do sentido. Dessa forma, ele tirou proveito da teoria saussuriana ao reconhecer o traço fundamental exposto nesta: pensar a língua enquanto um sistema.

Ele propôs, assim, o discurso como a reformulação da fala saussuriana, como também o princípio da subordinação da significação ao valor. Assim, Pêcheux veio ligar a significação à fala e ao sujeito, e a teoria do valor à língua. Admitiu ainda a presença do funcionamento das línguas em relação a elas mesmas e que seria a partir desse funcionamento autônomo que os processos discursivos deveriam ser pensados.

Mas, em contrapartida, revelou a contradição operada por Saussure, na analogia operada em que faz intervir a idéia, e com ela, a fala e o sujeito. Esta seria a porta aberta deixada por Saussure, local esse em que o formalismo e o subjetivismo interpenetraram.

CONCLUSÃO

Foi possível neste trabalho detectarmos, historicamente, as diferentes formas de pensar sobre a natureza dos sistemas conceituais lingüísticos, bem como as intrincadas relações entre as diversas matrizes teóricas e suas influências nos processos de representação da linguagem humana nos espaços histórico-sociais. Ou seja, as grandes transformações dos saberes lingüísticos foram

e ainda o são, “fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura do mesmo modo que dela procede.” (AUROUX, 1992, p. 29).

Da lógica para o positivismo, os estudos de linguagem ocuparam-se de posicionamentos históricos e ideológicos pertinentes a cada época. A filosofia, desde a Antiguidade clássica, da qual a lógica fez e ainda faz tradicionalmente parte, “trata das relações da linguagem com o pensamento, com o verdadeiro e com o real.” (AUROUX, 1992, p. 31). A negação aos pensamentos filosóficos, a partir do final do século XIX, instituiu um novo pensar sobre a língua, em um estudo lingüístico institucionalmente autônomo e positivista: “as línguas nelas mesmas e por elas mesmas.” (AUROUX, 1992, p. 31).

Percebemos, assim, que as diferentes maneiras de pensar sobre a Linguagem, em suas formas de representação, assumiram na história da humanidade, o papel de intermediárias nas relações sociais. Relações estas que permitiram aos diferentes estudiosos, desde a Antiguidade clássica ao momento contemporâneo, reconhecer a Linguagem não somente como um saber metalingüístico, ou como instrumento de comunicação, mas, sobretudo, como um mecanismo vivo, de natureza eminentemente histórica e social (ORLANDI, 1988).

Foi a partir da necessidade da fixação da língua falada na escrita que a linguagem veio integrar-se ao mundo simbólico, dando à língua infinitas possibilidades de relações simbólicas. Dessa forma, a escrita não se tornou qualquer manifestação gráfica, mas um fenômeno assinalável na história da humanidade em que a representação gráfica só apareceu com o objetivo de *representar a própria linguagem* (grifo nosso).

A linguagem escrita, no desenvolvimento histórico das interações sociais, tornou-se a forma mais eficaz de representação de linguagem humana, principalmente na inscrição, na fixação e na manutenção das formas ideológicas do pensamento dominante. Conforme enfatiza Auroux (1992, p. 66):

Os conhecimentos dos ocidentais não dão apenas lugar às teorias sobre o nascimento da história das escritas, elas são um instrumento de dominação e de acesso aos saberes de outras civilizações, de que eles têm a perfeita consciência.

Contudo, ao pensarmos a linguagem somente enquanto escrita, estaríamos negligenciando a própria subjetividade dos indivíduos em interação social, a colocar-se em um plano lingüístico distante do processo discursivo natural dos falantes.

A linguagem - enquanto sistema simbólico - representa o próprio ser humano, em todo seu processo histórico-social. Assim, ela está representada simbolicamente, nas mais diversas formas, conforme as necessidades históricas e sociais de interações humanas: nos gestos, nas ações, nas falas, nas escritas e, até mesmo nos silêncios

É importante que, independentemente dos posicionamentos teóricos abordados, não se pense a escrita como *a única forma de representação da linguagem* (grifo nosso). E ainda, atentarmo-nos para a idéia de a linguagem humana encontrar-se historicamente determinada por inúmeros sentidos ideológicos.

Observamos, enfim, o panorama histórico-social em que a instituição escolar assume o ensino de língua. Conforme nos alerta Orlandi (2002, p. 27):

[...] a própria maneira de encarar a constituição da língua nacional, de concebê-la em sua historicidade, produz uma maneira de nos inscrevermos, com nossos métodos, em um domínio específico da história das ciências. E ao tomarmos um determinado lugar nessa história, estamos produzindo uma forma de conhecimento sobre a língua que constitui, por si, um modo de relação com a linguagem e uma posição teórica definida: a que vê a produção dos objetos simbólicos em movimento, como parte de uma história em que sujeitos e sentidos se configuram.

É nessa configuração histórica que o ensino da Língua se articula: favorecer e fixar as diferenças sociais ao primar apenas por uma das formas de representação simbólica da linguagem humana - a escrita. É no discurso de acesso ao saber lingüístico escrito que a escola configura a idéia do poder e da exclusão social. Discurso esse em que o saber ideologicamente legitimado exclui os falares languageiros específicos das classes sociais menos favorecidas, em detrimento da idéia de que os outros saberes, oficialmente não legitimados, não são aceitos nas camadas sociais.

Retomando Payer (2007a; 2007b; 2008), a escola deverá repensar o ensino de língua em uma perspectiva histórica da linguagem, de forma a permitir a

compreensão dos efeitos de sentidos produzidos na tensa relação aluno/professor com a língua, nas diferentes práticas de linguagem. Ou seja, “provocar uma mexida no estatuto daquilo que é constitutivo e daquilo que é representado no discurso.” (PAYER, 2005, p. 54).

A escola, para reformular o ensino de língua, deverá propiciar momentos reflexivos entre os profissionais de educação sobre as diferenças entre as matrizes teóricas e

suas influências nos modos de conceber o ensino de língua, a permitir um novo olhar sobre os processos ideológicos de determinação no processo de identificação e de inscrição dos sujeitos-aprendizes na linguagem escrita. Em consequência, um novo modo de organização do processo “ensino-aprendizagem” da língua, que prevê o trânsito entre as distintas materialidades lingüísticas e seus efeitos de sentido na relação do sujeito-aprendiz com língua, nas mais diferentes práticas sociais de linguagem.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Ediouro, [s.d].

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1992.

_____. **A filosofia da linguagem**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: UNICAMP, 1998.

CHOMSKY, N. **Regras e representações: a inteligência humana e seus produtos**. [S.l.]: Zahar, 1981.

DESCARTES, R. **Discurso dos métodos (parte V)**. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/discurso.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2008.

GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: UNICAMP, 2003.

LOCKE, J. **Ensaio sobre o entendimento humano**. Tradução de Eduardo Abranches de Soveral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

ORLANDI, E. P. **Política lingüística na América Latina**. Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 2006.

PAYER, M. O. Discurso, memória e oralidade. **Revista Horizontes**, Bragança Paulista, v. 23, n.1, p. 47-56, jun./jul. 2005.

_____. Entre a língua nacional e a língua materna. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda (Org.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007a.

_____. Processos de identificação sujeito/língua. Ensino, língua nacional e língua materna. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007b.

_____. Memória, língua e ensino. In: ENCONTRO NACIONAL DA ENANPOLL, 23., 2008, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Universidade de letras (UFG), 2008. Mesa-redonda.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: UNICAMP, 2003.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.